MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, LINGUÍSTICO E SOCIOEMOCIONAL

DAYANA MACENA DOS REIS ARAUJO

RESUMO
Este artigo analisa a importância da musicalização na Educação Infantil, considerando a música como elemento essencial para o desenvolvimento integral da criança. A partir de revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, discutem-se as contribuições da musicalização para a primeira infância, seus fundamentos teóricos, respaldo legal e desafios de implementação no contexto educacional brasileiro. O estudo fundamenta-se em autores clássicos da psicologia do desenvolvimento e da educação musical, como Piaget (1971), Vygotsky (1998), Wallon (2007), Gardner (1995), Gordon (2000) e Brito (2003), além de documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). A análise evidencia que a vivência musical estruturada favorece a ampliação da atenção, memória, raciocínio lógico, estimula o desenvolvimento da linguagem oral e da consciência fonológica, contribui para a regulação emocional e fortalece as interações sociais. Conclui-se que a musicalização deve ser compreendida como prática pedagógica estruturante na Educação Infantil, demandando investimento em formação docente e políticas públicas que assegurem sua efetiva inserção no currículo escolar.

PALAVRAS-CHAVE: musicalização; educação infantil; desenvolvimento infantil; aprendizagem; educação musical.

INTRODUÇÃO

Música constitui uma das mais antigas e universais formas de expressão humana, estando presente nas diferentes culturas como linguagem artística, meio de comunicação e instrumento de construção simbólica. Desde os primeiros anos de vida, a criança estabelece relações com o mundo por meio de experiências sonoras, rítmicas e corporais, que contribuem para a construção de significados e para o desenvolvimento de diferentes dimensões da aprendizagem.

No contexto da Educação Infantil, a musicalização ultrapassa a perspectiva recreativa, assumindo papel pedagógico relevante na formação integral da criança. Ao envolver percepção, movimento, interação social e expressão emocional, a música favorece processos cognitivos e socioemocionais fundamentais, ampliando as possibilidades de aprendizagem em diferentes campos do conhecimento.

Sob a ótica da psicologia do desenvolvimento, a aprendizagem ocorre por meio da interação ativa entre sujeito e meio, sendo construída progressivamente a partir das experiências vivenciadas pelos pequenos. Para essa abordagem, a música pode ser compreendida como linguagem estruturante, pois articula emoção, pensamento e socialização, contribuindo para o desenvolvimento global da criança.

ambiente sonoro, assim como presença da música em diferentes e variadas situações do cotidiano fazem com que os bebês, e crianças iniciem seu processo de musicalização de forma intuitiva. Adultos cantam melodias curtas, cantigas de ninar, fazem brincadeiras cantadas, com rimas parlendas, reconhecendo o fascínio que tais jogos exercem (Brasil, 1998. p.51)

No âmbito educacional brasileiro, a inserção da música no currículo é respaldada por marcos legais que reconhecem a Arte como componente obrigatório da Educação Básica. Entretanto, apesar do reconhecimento normativo, ainda se observam desafios relacionados à formação docente e à efetiva integração da musicalização às práticas pedagógicas cotidianas.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância da musicalização na Educação Infantil, evidenciando suas contribuições para o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e social da criança, à luz de referenciais teóricos da psicologia do desenvolvimento, da educação musical e dos documentos oficiais que orientam a prática educacional no Brasil.

METODOLOGIA

Este estudo se qualifica como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada na análise de produções teóricas relevantes no campo da psicologia do desenvolvimento e da educação infantil. Foram selecionadas obras que discutem os processos de construção do conhecimento na infância, bem como documentos oficiais que orientam a Educação Infantil no Brasil, com o objetivo de estabelecer um referencial teórico consistente acerca da musicalização e de suas implicações formativas durante a primeira infância.

Pesquisa bibliográfica, no âmbito das ciências humanas, possibilita a sistematização, a problematização e a análise crítica de conhecimentos já produzidos, favorecendo a construção de uma interpretação fundamentada do objeto investigado. A abordagem qualitativa justifica-se por priorizar a compreensão dos significados, das concepções e das relações teóricas que sustentam a prática da musicalização na Educação Infantil.

O procedimento metodológico foi construído através da leitura crítica, comparação e articulação entre diferentes perspectivas teóricas, buscando identificar convergências, divergências e contribuições para a compreensão da música como linguagem estruturante do desenvolvimento infantil. A partir dessa análise, procurou-se estabelecer relações entre os fundamentos conceituais, as diretrizes legais e os desafios de implementação no contexto educacional brasileiro.

A MUSICALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Relação do ser humano com a música inicia-se muito antes do nascimento. Ainda durante a gestação, o bebê é exposto a diversos estímulos sonoros provenientes do corpo materno e do ambiente externo. Esses estímulos constituem experiências sensoriais iniciais e contribuem para a formação de vínculos afetivos mediados pela escuta, indicando que a experiência auditiva já assume um papel significativo antes mesmo do contato da criança com a linguagem verbal.

Brito (2003) evidencia essa perspectiva ao afirmar:

> envolvimento das crianças com o universo sonoro começa ainda antes do nascimento, pois na fase intrauterina os bebês já convivem com um ambiente de sons provocados pelo corpo da mãe, como o sangue que flui nas veias, a respiração e a movimentação dos intestinos. A voz materna também constitui material sonoro especial e referência afetiva para eles. (BRITO, 2003. p. 35).

A presença da experiência sonora desde o período gestacional mostra que a relação com a música está integrada ao próprio processo de desenvolvimento humano. Desse modo, compreender a musicalização na educação infantil requer diálogo com teorias que expliquem como se estruturam os processos cognitivos, sociais e afetivos na infância, uma vez que a aprendizagem musical não ocorre de maneira isolada, mas articulada às dimensões globais do desenvolvimento.

Além de favorecer aspectos cognitivos e emocionais, a música é um elemento cultural presente em diferentes sociedades. Conforme destacado pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:

> A música é um tipo de linguagem, é uma arte, e é de suma importância para o desenvolvimento integral da criança, pois está presente em todas as culturas desde “comemorações, festas, rituais religiosos, manifestações cívicas e políticas” (BRASIL, 1998, p.45).

A análise da musicalização na educação infantil ganha maior profundidade quando se considera a música não apenas como estímulo sensorial, mas como linguagem culturalmente estruturada que permite ao sujeito comunicar-se e organizar sentimentos, sentidos e ações (CATÃO, 2010). Assim, podemos compreender a musicalização como um dispositivo pedagógico que ultrapassa a dimensão sensorial da experiência sonora, atuando como mediadora nos processos de construção do conhecimento. Ao interagir com elementos musicais como ritmo, melodia, timbre e intensidade, a criança não se limita a percebê-los de forma passiva: ela os interpreta, atribui significados e os articula às suas vivências anteriores. Esse movimen-

to implica um processo contínuo de assimilação e reorganização interna, no qual novas experiências sonoras são integradas às estruturas cognitivas já existentes, promovendo reconfigurações e ampliando novas possibilidades de compreensão do mundo.

Se, conforme discutido, a criança interpreta os sons, atribui-lhes significados e os integra às experiências prévias, esse movimento revela uma atuação ativa do sujeito na organização de suas aprendizagens. Nesse sentido, a experiência musical se configura como um processo ativo de elaboração interna, no qual a criança atribui significados e reorganiza suas estruturas cognitivas. Indo de encontro à perspectiva construtivista de Piaget (1971) que concebe o conhecimento como resultado da interação ativa entre sujeito e meio. Segundo o autor, "o conhecimento não procede [...]" (PIAGET, 1971, p. 13), mas constitui-se por meio de construções progressivas decorrentes da ação do sujeito sobre a realidade. A musicalização pode ser entendida como espaço privilegiado de experimentação, no qual a criança assimila, reorganiza e amplia estruturas cognitivas por meio da vivência sonora e rítmica.

As experiências musicais na Educação Infantil configuram-se como campo fecundo de aprendizagem ativa. Ao envolver-se em atividades como escuta musical, canto, brincadeiras de roda e jogos rítmicos, a criança exerce operações mentais que articulam percepção, ação e reflexão. Nesse processo, os elementos sonoros passam a ocupar a posição de objetos de investigação e experimentação, estimulando a coordenação entre diferentes funções cognitivas. Assim, as práticas musicais ultrapassam o desenvolvimento de habilidades específicas e passam a contribuir para a organização do pensamento e para a ampliação de novas formas de interação com o meio.

Durante o estágio pré-operatório, predominante na educação infantil, intensifica-se o desenvolvimento da função simbólica, capacidade que permite à criança representar mentalmente objetos, ações e situações ausentes. Conforme explica Piaget:

A função simbólica consiste na capacidade de representar um significado qualquer (objeto, acontecimento, esquema conceitual etc.) por meio de um significante diferenciado e que só serve para essa representação: linguagem, imagem mental, gesto simbólico, desenho etc. Essa função aparece quando a criança se torna capaz de evocar objetos ou acontecimentos ausentes, ampliando seu campo de ação para além da percepção imediata. (PIAGET, 1978, p. 47).

A música pode ser compreendida como um sistema de significantes sonoros que evocam sentidos, emoções e referências culturais, mesmo na ausência concreta dos objetos representados. Ao organizar sequências rítmicas, reconhecer padrões melódicos e estabelecer relações de ordem e temporalidade, a criança exercita processos de representação que ultrapassam o plano do aqui e agora. Podendo suscitar lembranças e emoções de situações vivenciadas anteriormente, mobilizando memórias afetivas que contribuem para a construção da identidade e para a elaboração de experiências passadas. Conforme orienta o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, aprender música implica integrar vivência, percepção e reflexão, conduzindo a criança a níveis progressivamente mais elaborados de compreensão (BRASIL, 1998). O postulado no referencial se aproxima da reflexão piagetiana ao reconhecer que o conhecimento não se transmite de forma passiva, mas resulta da ação do sujeito em interação com o meio. Nesse sentido, a musicalização revela-se campo privilegiado para o desenvolvimento intelectual na infância, pois mobiliza operações mentais que articulam experiência concreta, simbolização e organização do pensamento.

Entretanto, embora a perspectiva piagetiana destaque a centralidade da atividade individual na construção do conhecimento, a compreensão da musicalização demanda uma ampliação do nosso olhar teórico. A experiência musical, especialmente na educação infantil, não ocorre de maneira isolada, mas em contextos permeados por relações sociais, práticas culturais e processos de mediação. Assim, é necessário considerar as contribuições da abordagem sociocultural para aprofundar nossa análise.

Sob a ótica sociocultural de Vygotsky (1998), o desenvolvimento humano ocorre por meio da mediação simbólica e das interações sociais. A música, enquanto produção cultural historicamente constituída, se constitui como ferramenta simbólica que potencializa a aprendizagem ao ampliar a zona de desenvolvimento proximal da criança. Ao participar de práticas musicais coletivas, como rodas de canto, brincadeiras rítmicas e explorações sonoras compartilhadas, a criança se apropria de padrões culturais de organização sonora, internalizando modos de pensar e agir socialmente construídos. Dessa forma, a musicalização transcende o âmbito individual e afirma-se como prática social mediada pela coletividade, na qual as experiências coletivas se convertem em funções psicológicas internalizadas.

Embora partam de enfoques distintos, as contribuições de Piaget (1978) e Vygotsky (1998) revelam-se complementares na compreensão da musicalização. Enquanto Piaget (1978) enfatiza a construção ativa do conhecimento a partir da interação com o meio, Vygotsky (1998) destaca o papel estruturante das relações sociais e da cultura na formação das funções psicológicas superiores. No contexto das experiências musicais, tais perspectivas se aproximam uma da outra ao reconhecer a criança como sujeito ativo que constrói significados ao mesmo tempo em que participa de práticas culturais compartilhadas, articulando ação individual e mediação social.

Ao ampliar essa discussão, Wallon (2007) acrescenta um elemento fundamental ao enfatizar a integração entre emoção, movimento e cognição no desenvolvimento infantil. Para o autor:

A vida psíquica não pode ser compreendida sem a consideração de suas bases afetivas e motoras. A emoção não é um elemento secundário do desenvolvimento, mas constitui o primeiro sistema de relações da criança com o meio. É por meio dela que se estabelecem as primeiras formas de comunicação e organização da atividade mental. (WALLON, 2007, p. 122).

Como um campo privilegiado de experiências integradoras, a musicalização mobiliza simultaneamente afetividade, expressão corporal e organização intelectual. A música envolve o corpo em movimento, desperta emoções e exige coordenação mental na percepção de ritmos, padrões e sequências sonoras. A vivência musical não apenas favorece a construção de conhecimentos, mas também contribui para processos de regulação emocional e para a constituição da identidade da criança na interação com o outro.

A teoria das inteligências múltiplas, proposta por Gardner (1995), amplia a análise ao reconhecer a inteligência musical como uma forma legítima e autônoma de manifestação cognitiva. Ao romper com modelos educacionais centrados exclusivamente na linguagem verbal e no raciocínio lógico-matemático, Gardner (1995) propõe uma concepção plural de inteligência, na qual diferentes modos de perceber, organizar e expressar o mundo são igualmente relevantes. Nesse contexto, a musicalização deixa de ocupar posição periférica no currículo e passa a ser compreendida como campo específico de desenvolvimento de competências cognitivas próprias, relacionadas à percepção de padrões sonoros, sensibilidade rítmica e organização temporal dos pequenos.

No campo específico da educação musical, Gordon (2000) aprofunda a discussão ao enfatizar o conceito de audiation — que pode ser entendido como a capacidade de ouvir e compreender música internamente, mesmo na ausência do som físico. Para o autor, a aprendizagem musical ocorre quando a criança internaliza estruturas sonoras e passa a atribuir significado a essas estruturas, de modo semelhante ao processo de aquisição da linguagem. Assim, quanto mais precocemente a criança é inserida em experiências musicais estruturadas e contextualizadas, maiores são as possibilidades de desenvolvimento de sua organização sonora e de sua compreensão musical.

Dessa forma, o conjunto das abordagens apresentadas demonstra que a música se constitui como linguagem estruturante do desenvolvimento infantil, demandando centralidade nas práticas pedagógicas, uma vez que contribui para uma formação mais criativa, sensível e humana.

A musicalização mobiliza múltiplos processos cognitivos, dentre os quais se destacam a atenção sustentada, a memória auditiva e a organização simbólica. A identificação e reprodução de padrões rítmicos, por exemplo, exigem da criança a capacidade de antecipação, sequenciação e previsão, competências relacionadas ao desenvolvimento do raciocínio lógico e da organização temporal do pensamento. Ao lidar com estruturas sonoras que envolvem repetição, variação e contraste, a criança exercita operações mentais que demandam comparação, discriminação e análise, ampliando sua capacidade de sistematização cognitiva.

Estudos no campo da neurociência indicam que a prática musical ativa simultaneamente diferentes regiões cerebrais, promovendo intensa integração neural (SACKS, 2007). Tal ativação envolve áreas relacionadas à emoção, memória e linguagem, favorecendo o desenvolvimento das funções executivas.

Contudo, é necessário evitar abordagens reducionistas que legitimem a música apenas por seus efeitos instrumentais ou por seus benefícios indiretos em disciplinas consideradas centrais. A relevância da musicalização não se limita ao aprimoramento de habilidades transferíveis, mas reside também em sua dimensão intrínseca enquanto linguagem artística que se materializa no campo da subjetividade do sujeito. Ao ampliar a sensibilidade estética e favorecer a percepção crítica do ambiente sonoro, a música contribui para a formação de seres humanos capazes de interpretar, significar e intervir culturalmente no mundo que os cerca.

A relação entre música e linguagem na infância não se restringe à presença de elementos estruturais semelhantes, como ritmo, entonação e repetição; trata-se de uma convergência funcional no processo de construção simbólica. Ambas constituem sistemas organizados de significação que demandam discriminação auditiva, ordenação temporal e atribuição de sentido. Ao participar de experiências musicais, a criança exercita operações cognitivas que também sustentam a aquisição da linguagem, como segmentação sonora, identificação de padrões e antecipação rítmica. Desse modo, a musicalização atua como campo de fortalecimento das bases estruturais do desenvolvimento linguístico.

Conforme analisa Brito:

> A vivência musical na infância amplia a escuta sensível e a percepção auditiva, favorecendo a discriminação de sons, ritmos e entonações que também estruturam a linguagem verbal. Ao cantar, ouvir e experimentar sons, a criança desenvolve sua capacidade de articulação, memória auditiva e organização do pensamento, estabelecendo relações significativas entre música e linguagem. (BRITO, 2003, p. 45).

A partir dessa perspectiva, as canções infantis podem ser compreendidas como dispositivos pedagógicos que mobilizam simultaneamente memória, percepção fonológica e expressão verbal. A repetição de estruturas melódicas e textuais favorece a consolidação de esquemas sonoros, enquanto a variação rítmica estimula a flexibilidade cognitiva e a ampliação vocabular. Entretanto, tais efeitos não são automáticos nem universais; dependem da mediação intencional do educador, que organiza situações de escuta, análise e produção musical capazes de promover reflexão sobre os sons e seus significados.

Para além da dimensão linguística, a música opera como experiência afetiva estruturante. À luz da teoria walloniana, a emoção não é elemento acessório do desenvolvimento, mas condição constitutiva da atividade mental. Nesse sentido, a vivência musical possibilita à criança externalizar estados afetivos, organizá-los simbolicamente e compartilhá-los socialmente. Conforme Sacks (2007, p. 16), “a música nos toca de forma profunda, evocando sentimentos e recordações que nenhuma outra linguagem consegue alcançar”. A articulação entre emoção, movimento e pensamento, presente nas práticas musicais, favorece processos de regulação emocional e integração psíquica.

Além disso, as atividades musicais coletivas instauram um espaço de negociação e coordenação social. Ao cantar em grupo ou participar de jogos rítmicos compartilhados, a criança precisa ajustar sua ação ao tempo comum, escutar o outro e respeitar turnos de participação. Esse exercício de sincroni-

zação não é apenas técnico, mas relacional: implica reconhecer o coletivo como instância organizadora da própria ação. Assim, a musicalização contribui não apenas para o desenvolvimento cognitivo e linguístico, mas também para a constituição de competências sociais e afetivas que fundamentam a convivência e a participação cultural.

MARCOS LEGAIS E DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA MUSICALIZAÇÃO

Obrigatoriedade do ensino de música na educação básica foi instituída pela Lei nº 11.769/2008, que alterou a LDB nº 9.394/1996, reconhecendo a música como conteúdo obrigatório no componente Arte. Posteriormente, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) consolidou essa diretriz ao reafirmar a música como uma das linguagens artísticas constitutivas da formação escolar. No âmbito da educação infantil, a BNCC organiza as aprendizagens a partir dos campos de experiência, destacando "Traços, sons, cores e formas" como espaço privilegiado para a exploração sonora e estética.

Entretanto, embora o documento reconheça a importância da experimentação musical, observa-se relativa ausência de aprofundamento metodológico quanto às formas de implementação dessas práticas. Tal lacuna pode favorecer interpretações superficiais, reduzindo a musicalização a atividades esporádicas ou recreativas, desvinculadas de intencionalidade pedagógica e fundamentação teórica.

Nesse contexto, evidencia-se uma tensão entre os avanços legais e a realidade das práticas escolares. A distância entre o que é previsto na legislação e o que efetivamente se concretiza nas instituições revela desafios estruturais significativos. Entre eles, destacam-se a formação insuficiente de professores para atuar com música na educação infantil, a escassez de recursos materiais adequados e a persistência de uma concepção reducionista que associa a música apenas ao entretenimento.

Superar tais obstáculos demanda investimento em formação inicial e continuada, planejamento pedagógico consistente e políticas públicas que assegurem condições estruturais para a efetivação do ensino de música. Mais do que cumprir uma exigência legal, trata-se de reconhecer a musicalização como direito formativo da criança e como dimensão essencial de uma educação integral. Nesse sentido, a qualidade da prática pedagógica está diretamente relacionada à formação docente, pois, como afirma Libâneo (1994, p. 27), "o trabalho docente é atividade intencional e sistemática", exigindo preparo teórico e metodológico adequado. Assim, a consolidação da música no currículo depende não apenas de sua previsão normativa, mas de ações concretas que garantam sua efetiva integração às práticas educativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Análise desenvolvida ao longo deste estudo reafirma que a musicalização, quando compreendida como prática pedagógica intencional, ultrapassa a dimensão recreativa e assume papel estruturante no desenvolvimento integral da criança. A revisão teórica evidenciou que a experiência musical mobiliza simultaneamente processos cognitivos, linguísticos e socioemocionais, configurando-se como linguagem que integra percepção, simbolização, afetividade e interação social.

À luz das contribuições da psicologia do desenvolvimento e da educação musical, verificou-se que a vivência sonora planejada potencializa funções como atenção, memória, organização simbólica e coordenação motora, além de favorecer a ampliação da linguagem oral e da consciência fonológica. No campo socioemocional, a música atua como mediadora das interações, promovendo experiências coletivas que fortalecem vínculos, estimulam a cooperação e contribuem para processos de regulação emocional.

Observou-se, ainda, que a consolidação da musicalização no contexto escolar não depende exclusivamente de sua previsão nos documentos oficiais, embora estes representem avanços significativos. A efetivação desta proposta requer formação docente consistente, planejamento pedagógico fundamentado e condições institucionais que assegurem a integração qualificada da música às práticas educativas.

Desse modo, reconhecer a musicalização

como componente essencial da Educação Infantil implica superar concepções reducionistas que a limitam ao entretenimento e compreendê-la como direito formativo da criança. Investir em políticas públicas, formação continuada e valorização das linguagens artísticas constitui, portanto, medida indispensável para promover uma educação que contemple a infância em sua complexidade, potencial criativo e dimensão cultural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: educação infantil e ensino fundamental. Brasília: MEC, 2017.

BRITO, Teca Alencar de. Música na educação infantil. São Paulo: Peirópolis, 2003.

CATÃO, Mariana. Educação musical e desenvolvimento infantil. São Paulo: Cortez, 2010.

GARDNER, Howard. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artmed, 1995.

GORDON, Edwin. Teoria da aprendizagem musical. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 1994.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

PIAGET, Jean. A linguagem e o pensamento da criança. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

SACKS, Oliver. Alucinações musicais. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VYGOTSKY, Lev. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.